

TURISMO E INDICADORES AMBIENTAIS: UMA CHANCE PARA ALCANÇAR A SUSTENTABILIDADE?

Marcus Polette

UNIVALI – CTTMar, Laboratório de Gerenciamento Costeiro Integrado. Rua Uruguai,
nº 458, Bloco 19, CEP: 88302-202, Itajaí, SC

E-mail: polette@cttmar.univali.br

INTRODUÇÃO

Buscar na atividade turística uma oportunidade econômica para a construção de uma nação com bases em preceitos sustentáveis é um dos grandes desafios atuais. Sendo uma importante atividade setorial, geradora de milhões de empregos, esta requer o pleno entendimento das dimensões ambiental, econômica, cultural, social, espacial e inclusive política. Logo, a utilização de indicadores sócio-ambientais de sustentabilidade passa a ser fundamental para entender a efetividade da implementação de um turismo caracteristicamente profissional ao longo do território brasileiro.

Indicadores de sustentabilidade servem para medir o desenvolvimento de um sistema. Estes podem explicar a sustentabilidade por meio da construção de um processo participativo tendo como referência básica o envolvimento e comprometimento dos mais diversos atores sociais. Estes ainda têm a finalidade de educar os mais diversos segmentos sociais, pois levam a reflexão das diferentes dimensões temporais: passado, presente e futuro; buscam ainda a relação entre as mais diversas dimensões de natureza: social, cultural, política, econômica e

ecológica, motivando a sociedade a buscar metas concretas ao longo das ações de planejamento e gestão ambiental da atividade turística.

Sendo a diversidade de ecossistemas, paisagens, ecoregiões e biomas existentes no território brasileiro, estes são considerados um patrimônio, mas também muitos deste são destinos turísticos, e recebem algum tipo de impacto ambiental devido ao fluxo turístico e instalação de empreendimentos, gerando muitas vezes conflitos de natureza social, política e cultural.

Logo, qualquer que seja o impacto e/ou conflito gerado por um empreendimento turístico passa a ser fundamental o entendimento de que uma determinada ambiental, seja qualquer for a sua escala de análise, possuem uma capacidade de suporte específica, visto que estas unidades são heterogêneas, bem como as comunidades tradicionais ali inseridas possuem características singulares de acordo com o ambiente em que estão inseridas, não se tratando de um determinismo geográfico, mas de uma estreita relação homem-natureza.

Certamente muitos empresários e tomadores de decisão irão refutar uma idéia que possa mudar substancialmente um determinado projeto turístico tendo como base o entendimento da estrutura e funcionamento de um determinado ecossistema. Isto geralmente ocorre, pois o que parece prevalecer na realidade é o lucro de curto prazo, e ainda medidas “mitigadoras” pouco favoráveis para buscar a revitalização ambiental efetiva destes sistemas. E o pior é que muitos destes empreendimentos “vendem” o selo de qualidade “sustentável” para uma grande maioria de consumidores (turistas) e que também consumem a palavra “desenvolvimento sustentável” sem entender o seu significado pleno, visto que esta “palavra-chave” tornou-se muito mais uma jogada de *marketing* turístico e economicamente não-sustentável.

O processo de gestão ambiental da atividade turística constitui-se pelas ações de diagnóstico sócio-ambiental com a identificação dos problemas e conflitos, bem como com a identificação dos atores sociais. Estas ações irão oportunizar um planejamento efetivo e que seja adotado de forma comprometida pela sociedade civil organizada, governos e iniciativa privada. Após estas fases, o processo de gestão turística certamente será implementado de acordo com as mais diversas dimensões da sustentabilidade, inclusive com a implementação de um monitoramento e fiscalização efetiva das ações planejadas e finalmente este poderá ser passível de avaliação por meio dos indicadores previamente escolhidos.

A avaliação de um empreendimento turístico apenas será efetiva se na fase de planejamento os indicadores sócio-ambientais estiverem claramente definidos de acordo com as

políticas públicas ambientais vigentes, bem como de acordo com as necessidades reais da população e das características estruturais e funcionais das unidades ambientais objeto de análise.

Estes indicadores podem ser definidos pelos mais diversos atores sociais que fazem parte do processo de gestão da atividade turística, visto que este deve ser transparente o suficiente para que medidas cabíveis de mudanças comportamentais possam ser tomadas para reverter impactos e conflitos indesejáveis, inclusive seguindo critérios das mais diversas políticas públicas integradas às atividades turísticas.

Cabe destacar que a Política Nacional de Turismo – PNT (Decreto Nº 448, DE 14 DE FEVEREIRO DE 1992), infelizmente, é incipiente para atender a esta atividade setorial, falta um maior detalhamento da mesma no que tange aos instrumentos necessários para que esta atividade possa ser executada dentro de padrões ditos sustentáveis. A dimensão ambiental, por exemplo, é incipiente sendo ainda necessária uma ampla integração com outras atividades setoriais (agricultura, urbanização, maricultura, pesca, comércio e serviços, etc) e inclusive por um amplo arranjo de natureza institucional (Tabela 1).

É importante ainda destacar que a política de turismo não é uma política isolada, pois está integrada com outras políticas públicas (Política Nacional de Recursos Hídricos, Política Nacional de Gerenciamento Costeiro, Sistema Nacional de unidades de Conservação – SNUC, Estatuto da Cidade, entre outras) que cumprem o papel de manter a qualidade ambiental de uma determinada área turística, bem como buscando a melhoria de qualidade de vida das populações locais.

Tabela 1. Características da Política Nacional de Turismo.

CARACTERÍSTICAS	Política Nacional do Turismo
Lei	Decreto Nº 448, DE 14 DE FEVEREIRO DE 1992
Matéria	<i>Regulamenta dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências.</i>
Abrangência	Todo território nacional em sua área continental
Princípios e Fundamentos	A Política Nacional de Turismo tem por finalidade o desenvolvimento do Turismo e seu equacionamento como fonte de renda nacional, e será formulada, coordenada e executada, nos termos do art. 2º da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, pela EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo.
Objetivos	I- democratizar o acesso ao Turismo Nacional, pela incorporação de diferentes segmentos populacionais, de forma a contribuir para a elevação do bem estar das classes de menor poder aquisitivo; II- reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional, através do crescimento da oferta de emprego e melhor distribuição de renda; III - aumentar os fluxos turísticos, a taxa de permanência e o gasto médio de turistas estrangeiros no país, mediante maior divulgação do produto brasileiro em mercados com potencial remissivo em nível internacional; IV - difundir novos pontos turísticos, com vistas a diversificar os fluxos entre as Unidades da Federação e beneficiar especialmente as regiões de menor nível de desenvolvimento; V - ampliar e diversificar os equipamentos e serviços turísticos, adequando-os às características socio-econômicas regionais e municipais; VI - estimular o aproveitamento turístico dos recursos naturais e culturais que integram o patrimônio turístico, com vistas à sua valorização e conservação; VII - estimular a criação e implantação de equipamentos destinados a atividades de expressão cultural, serviços de animação turística e outras atrações com capacidade de retenção e prolongamento da permanência dos turistas.
Instrumentos	Inexistem
Diretrizes	I- a prática do Turismo como forma de promover a valorização e preservação do patrimônio natural e cultural do País; II- a valorização do homem como o destinatário final do desenvolvimento turístico.

Organização: Polette, M. (2004)

A presente discussão pretendeu demonstrar que a implementação de indicadores sócio-ambientais passa a ser uma questão fundamental para os

profissionais do turismo. Indicadores são instrumentos de avaliação, controle ambiental, e buscam a melhoria da qualidade de vida das populações

humanas. Estes possibilitam ainda uma forma de profissionalizar o turismo dentro de uma maior transparência de ações efetivamente sustentáveis.

Tal iniciativa passa a ser um processo, e a sua adesão por parte dos tomadores de decisões, comunidade científica, empresários, e sociedade civil organizada é uma questão de responsabilidade social para com as

futuras gerações. Este tende a oportunizar uma forma de entendimento do real funcionamento da atividade turística, dos seus problemas potenciais e conflitos de interesses. Logicamente isto demanda tempo, e iniciar o mesmo passa a ser fundamental visto que não temos tempo para perder, talvez seja uma chance para alcançar a sustentabilidade.